

Araruama, 17 de junho de 2024.

COM 026/24

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

AV. ALBERTO BRAUNE, 225,

CENTRO, NOVA FRIBURGO, RJ.

ATT.: ILMO. SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90047/2024 (SRP) - PROCESSO Nº: 686/2024 - UASG 985867 – GRUPO 2 - “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TRATORES COM OPERADOR E IMPLEMENTOS PARA MECANIZAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.”

ASS.: RECURSO ADMINISTRATIVO.

Prezado(a) senhor(a),

A empresa **ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.** – “**em Recuperação Judicial**”, inscrita no CNPJ sob o nº 01.127.106/0001-13, estabelecida na Estrada Araruama Rio Bonito, RJ-124 - Km 33, Itatiquara, Araruama/RJ, CEP 28.985-678, vem, por meio de seu representante legal, respeitosamente, apresentar recurso administrativo face a habilitação da empresa SANE LAGOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 33.149.101/0001-88.

O Município de Nova Friburgo tornou público o Edital do Pregão Eletrônico nº 90047/2024. Realizado o certame, a empresa Sane Lagos Ltda. foi classificada em primeiro e convocada a enviar os anexos para o G2.

DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente cumpre apontar a tempestividade do presente recurso, uma vez que a ata foi publicada em 14 de junho de 2024 e o prazo para a interposição do presente recurso é de três dias úteis, conforme item 22.2 do Edital, estando, assim, tempestivo.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Ocorre que a empresa SANE LAGOS LTDA. deveria ter sido inabilitada no certame, em razão do descumprimento objetivo do **Item 18.4 – Qualificação Econômico Financeiro**, do Edital.

*“18.4 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais [...]”
(grifo nosso)*

É importante ressaltar que a previsão do Edital encontra respaldo no **art. 69, inciso I**, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, que também estabelece como condição de habilitação a apresentação de balanço patrimonial dos últimos 2 (dois) exercícios exigíveis:

*“Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:
I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais”*

Em que pese a obrigação legal e devidamente estabelecida no Edital, a empresa Sane Lagos Ltda. apresentou o balanço patrimonial apenas no ano de 2022 e não dos últimos 2 exercícios:

Empresa: **SANE LAGOS LTDA**
C.N.P.J.: 33.149.101/0001-88
Balanço encerrado em: 31/12/2022

Folha: 0002
Número livro: 0002
Emissão: 31/10/2023
Hora: 13:18:38

BALANÇO PATRIMONIAL

Neste momento cumpre relembrar que a Carta Magna determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita ainda a Constituição a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

Para regulamentar o procedimento da licitação exigido constitucionalmente, existe a lei 14.133/2021, atualmente em vigor, garantindo observância da isonomia, legalidade,

impessoalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, conforme artigo 5º da referida legislação.¹

Dentre as principais garantias, pode-se **destacar a vinculação da Administração ao edital** que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que **determina à Administração e aqueles que aderem ao Edital que observem as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.**

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas da União, ao analisar a lei 8.666/93, a anterior legislação que tratava da licitação, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio era mencionado no art. 3º da referida lei, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416). Ambos os artigos mencionados foram contemplados no artigo 5º da lei 14.133/2021, já pontuado acima.

O mesmo autor prossegue no exame da questão, e reforça sua argumentação a respeito da vinculação do edital com o art. 41, §2º, da Lei 8.666: “Ali, fixa-se prazo para que o licitante possa impugnar os termos do edital. Expirado esse prazo, decairá o participante da licitação do direito de impugná-lo. Isto significa dizer que quem participa da licitação não pode esperar pela sua inabilitação ou desclassificação para, somente então, impugnar a regra contida no edital que levaria à sua exclusão do processo” (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.417).

Ainda sobre a vinculação ao edital, Marçal Justen Filho afirma que “Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, **será indispensável a apresentação dos documentos** correspondentes por ocasião da fase de habilitação” (Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico, 4ª ed., p. 305). Como exemplo de violação ao referido princípio, o referido autor cita a não apresentação de documento exigido em edital e/ou a apresentação de documento em desconformidade com o edital (como documento enviado por fac-símiles em apresentação dos originais posteriormente).

¹ Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Tal princípio foi integrado a nova lei de licitações, conforme já pontuado, sendo amplamente reconhecido pelos tribunais, assim, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e os Licitantes a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital. Sendo reconhecido em todas as doutrinas que o Edital faz lei entre as partes.

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública e os licitantes, no curso do processo de licitação, não podem se afastar das regras estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Dessa forma, tendo em vista o descumprimento do Edital, pela empresa SANE LAGOS LTDA, que estabelece objetivamente a necessidade de apresentação de balanço patrimonial dos últimos 2 exercícios, a partir do momento em que a empresa recorrida apresentou apenas do ano de 2022, a mesma deveria ter sido prontamente inabilitada do certame.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a recorrente requer que seja recebido e acolhido o presente Recurso, na forma prevista no Edital, em especial no item 22, e na legislação aplicável, para que seja inabilitada a empresa Sane Lagos Ltda. a prosseguir no certame, uma vez que esta descumpriu o Item 18.4 do Edital.

Nestes termos, pede deferimento.

Atenciosamente,

ORIENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – Em Recuperação Judicial